Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

BREVE BALANÇO DA HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ROMA ANTIGA NO SÉCULO XX

Introdução às Divergências Historiográficas e à Crítica Marxista

BRIEF BALANCE OF THE SOCIAL AND ECONOMIC HISTORY OF ANCIENT ROME IN THE 20TH CENTURY

Introduction to the Historiographical Divergences and Marxist Criticism

IAN CARTAXO[1]

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar uma revisão bibliográfica acerca dos debates que permearam o século XX e repercutem até hoje sobre a História Econômica e Social na Antiguidade. Tendo como ponto de partida os debates e controvérsias que compõem tal seara, pretendemos demonstrar as diferentes posições que envolvem essa discussão. Também procuraremos apresentar as contribuições feitas pelos autores de inclinação marxista na área, de acordo nossa filiação teórico-metodológica, vinculada ao Materialismo Histórico Dialético.

Palavras-chave: História Econômica; Roma Antiga; Economia Romana; Marxismo.

ABSTRACT

The proposal of this article is to present a bibliographic review of the debates which permeated the XX Century and reverberate to this day in the Social and Economic History of Antiquity. Having as a starting point the compounded debates and controversies of this subject, we intend to demonstrate the different positions involved in this discussion. We also intend to show the marxist authors' contributions to the area, according to our theoretical and methodological affiliation to the Dialectical Historical Materialism.

Keywords: Economic History; Ancient Rome; Roman Economy; Marxism.

[1] Mestre em História Econômica (USP); bacharel e licenciado em História (UFRJ); e-mail: iancartaxo@usp.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentaremos uma revisão bibliográfica dos debates que envolvem a Economia Antiga – as grandes discussões que nortearam o século XX e que mesmo hoje ainda ecoam nos debates sobre esse tema. Porém, entendemos que este artigo deva ter um papel de introdução ao tema, visando atender aos novos pesquisadores que possuem dificuldades de se inserir nas discussões, seja pelas limitações linguísticas ou pela pouca abordagem dos temas de Economia Antiga na Academia brasileira. Propomos, assim, um trabalho síntese com a apresentação de diversos artigos e livros centrais para as formulações na História Econômica e Social da Antiguidade.

Nós seguiremos aqui uma metodologia que irá privilegiar a apresentação de teses centrais de alguns dos que, em nossa opinião, são os principais autores de cada perspectiva historiográfica, além de tecer comentários próprios. Em um primeiro momento demonstraremos as contradições presentes nas teses de cunho “modernista” e “primitivista” da seara da História Econômica e Social na Antiguidade. Em sequência apresentaremos algumas das teses de historiadores que tiveram influências destes campos, direta ou indiretamente, mas que procuraram se desprender do antagonismo de ambas escolas.

Mas, além de apresentar os principais debates, nós pretendemos nos posicionar. No caso, junto ao Materialismo Histórico Dialético. Dessa forma nós faremos uma vinculação ao campo da teoria da História Econômica, um campo complexo e diverso, com disputas conceituais árduas e inconciliáveis, muitas vezes.

No caso, entendemos o papel da análise econômica com a definição de que as diferentes manifestações econômicas só podem ser definidas mediante um cuidadoso estudo das diferentes estruturas sociais ao longo da História – portanto, é a partir das relações ontológico-sociais determinadas pelo tempo e espaço que se compreende como seriam organizadas as relações sociais de produção das diferentes formações sociais. Essa perspectiva visa romper com

as discussões entre “arcaísmo-modernismo” nas reflexões sobre Economia Antiga[2] (GODELIER, 1972, p. 21).

Para além disso, em um segundo momento, serão apresentadas as contribuições do campo marxista na História Econômica e Social da Antiguidade. Procuraremos conceitualizar brevemente a fundamentação teórico-metodológica dos historiadores da História Antiga que se apresentam como sendo marxistas no meio acadêmico. Além de promover reflexões sobre algumas das mais importantes formulações dos pesquisadores da área e como alguns trabalhos vêm propondo, inclusive, uma renovação da aplicação de categorias marxistas em análises historiográficas na Antiguidade.

Portanto, procuramos redigir um artigo que tivesse caráter de “primeiros passos” nos estudos e investigações Para que, assim, novos historiadores que tenham como interesse se aprofundar nas problemáticas econômicas e sociais na História Antiga e no Pré-Capitalismo, como um todo, possam se balizar e saber por onde começar no caminho da produção historiográfica na área.

1. ECONOMIA E FINANÇAS NA ANTIGUIDADE: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Nesta seção procuraremos apresentar as distintas posições historiográficas sobre a Economia Antiga que marcaram a intelectualidade burguesa ao longo do século XX. Demonstraremos que, ainda que antagônicas no discurso, os pressupostos dessas posições possuem uma raiz comum, justamente, no pensamento e ideologia dominantes no capitalismo (KNUST, 2012, p. 19).

[2] Também essa seguinte afirmação de Ciro Cardoso e Héctor Brignoli sobre Maurice Godelier nos é central: “Em nossa opinião, um dos pontos nevrálgicos cios avanços posteriores a 1960 é o aprofundamento, ao mesmo tempo em teoria e em aplicação, dos conceitos-chave de *modo de produção* e *formação econômico-social.* Desde 1964, Maurice Godelier insistiu em certos aspectos essenciais da questão: 1) a natureza hipotética dos esquemas marxistas de evolução das sociedades e, em geral, das construções teóricas; 2) o caráter de *modelo* da noção de modo de produção, abstração construída a partir do real, mas que o reduz a suas estruturas essenciais e só permite colocar a evolução em termos de desenvolvimento das possibilidades e impotências *internas* das referidas estruturas; 3) a necessidade de provar a validez dos esquemas hipotéticos ao nível da história concreta, cuja ‘infinita variedade’ devem permitir decifrar. Em textos posteriores tratou de mostrar, na prática, como aplicar as noções de base às análises de casos (formações econômico-sociais)”. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 80). Cf. KNUST, 2016, pp. 217 – 219.

Em primeiro lugar, teceremos críticas a duas concepções distintas que movimentaram a historiografia econômica e social da Antiguidade ao longo do século XX, a dos "modernistas" e dos "primitivistas". Assim, iniciaremos com a apresentação e a crítica da concepção de universalidade do princípio econômico que se faz presente em autores "modernistas" de fundamentação sobretudo marginalista (TEMIN, 2004, p. 706). Tal concepção se manifesta em considerações como as de Michael Rostovtzeff, o qual argumentou a existência de um "capitalismo em Roma"[3] (ROSTOVTZEFF, 1967, p. 153.); ou a partir da aplicação de um método quantitativo de levantamento de dados sob a influência da estatística e da econometria (LANGE, 1963, p. 167 - 168), como foi desenvolvido por Tenney Frank, com fins de se fazer um estudo sobre a variação das taxas de juros em Roma (FRANK, 1933, p. 269 - 271). Além desses autores da chamada "segunda fase" da controvérsia (ANDREAU, 2015, p. 8)[4], este paradigma também vai ser observado atualmente nos trabalhos de Peter Temin o qual vai afirmar que existiu um sistema financeiro organizado em Roma e vai entender que isso é uma expressão de progresso e de civilização (TEMIN, 2004, p. 719). E, posteriormente, ao desenvolver seu estudo sobre Roma, Schiavone faz uma observação sobre o campo da História Econômica:

> Nesse sentido, a objeção de Andrea Giardina, para quem toda interpretação global da economia romana não pode ser considerada uma verdadeira "história econômica" (no sentido agora habitual da expressão), mas sim uma versão particular de "história social", revela-se, sob muitos aspectos, particularmente perspicaz. Seria de

[3] Uma obra pioneira que tece críticas centrais a essa ideia é o artigo de Meyer Reinhold *Historian of the Classic World. A Critique of Rostovtzeff*, em que o estadunidense afirmou, ao criticar a concepção rostovtzeffiana de Economia Antiga: "*he proceeds from a preconceived notion of a 'natural' centralized system of production, and accordingly views the predominantly local character of ancient manufacture, imposed by the fetters of transportation limitations, as a calculated deviation from such a 'natural' centralization*." (REINHOLD, 1946, p. 367). E posteriormente: *"Idealizing a capitalist society* (...) *Rostovtzeff has transfered to antiquity the typical modern bourgeois glorification of competitive capitalism* (...)." (REINHOLD, 1946, p. 371 - 372).

[4] Andreau considera que Frank na verdade está mais à parte dessa controvérsia que Rostovtzeff, não sendo tão influenciado pelos seus norteamentos quanto o historiador russo. Também é importante observar que o historiador francês subdivide a "controvérsia Bucher-Meyer" em 4 fases: a primeira toma forma nas origens da História Econômica enquanto campo de pesquisa no final do século XIX e primeira década do século XX entre Karl Bucher e Eduard Meyer; a segunda fase toma forma na segunda e terceira décadas do século XX com contribuições de J. Hasebroek, Michael Rostovtzeff e Tenney Frank; a terceira fase tem seu ápice entre as décadas de 1970 e 1980 com as inovações de Moses Finley e seus discípulos; e a quarta fase seria o período pós década de 1990 com autores como Ian Morris, W. Scheidel, R. Saller, Peter Temin e W. Harris, remanescentes de ambos lados da controvérsia e aqueles autores como Jean Andreau que já vêem uma necessidade de superação desses velhos paradigmas.

> fato arbitrário e forçado se referir de modo rigoroso a uma "economia" romana. Se continuamos a fazê-lo, é somente por uma convecção lexical que a palavra economia tem, neste caso, um significado bem diverso daquele moderno, para nós familiar, e serve apenas para identificar um sistema de conexões entre planos distintos e uma rede intrinsecamente multiforme de problemas e eventos. (SCHIAVONE, 2005, p. 72 - 73).

Porém, para que essa proposta faça sentido epistemológico, é necessário, primeiramente, definir o que entendemos como o "pensamento econômico" dos romanos. Essa temática certamente é uma das mais complicadas, como a própria tentativa de se definir "economia" também o é. No entanto, não é possível justificar o primeiro sem propor uma definição para o segundo.

Em nossa concepção, as relações econômicas em Roma eram fundamentadas por uma complexa rede de pesos e contrapesos sociais, baseadas na contradição social que entendemos como a dominação de um grupo por outro. Segundo Jerry Toner, os grupos sociais subalternos:

> (...) *adopted what can be described as a system of patron management (or master- and husband-management for slaves and women), which was designed to avoid the perilous dangers that contact, let alone confrontation, with the powerful could bring. In effect dual modes of conduct were in operation: one for friends and other ordinary people; another for patrons and superiors. Apuleius notes the deference of the poor for the rich. They assumed the hesitating, risk-averse habits of the slave, always watching attentively for any tell-tale signs of mood-change in their master and shaping their language to conceal any personal opinions that might conflict with his interests*. (TONER, 2009, p. 32).

O contrapeso social das elites envolvia o uso que estas facial de seu status e poder econômico para exigir a deferência dos grupos subalternos, ao mesmo tempo que necessitava deles para manter-se dominante:

> *The elite used wealth to extract deference, but the people also actively managed the elite by showing their appreciation. The elite needed popular approval to help produce public legitimacy for their powerful position. By reacting positively to certain acts of patronage, the non-elite were able not just to encourage donors to continue to give but to give in particular ways*. (TONER, 2009, p. 33).

Este complexo de relações sociais é possível de ser relacionado àquilo que Edward Palmer Thompson chamou de "economia moral". Nesse caso, é a ideia de que os grupos subalternos entendendiam que era responsabilidade das elites manter as relações econômicas funcionais. Ou seja, a escassez e

demais crises - de aluguéis, fome, endividamento, etc. - também eram de responsabilidade das elites. Segundo Thompson, ao analisar os protestos envolvendo a escassez de pão na Inglaterra setecentista:

> (...) entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência. (...) tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares e vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quando a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. Embora essa economia moral não possa ser descrita como 'política' em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum - noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. (THOMPSON, 2005, p. 152 - 153).

Para Toney esta análise também é possível de ser feita para pensar a noção de Economia em Roma:

> (...) *when it came to crises, the people showed that they expected their rulers to sort out their problems. In part, this stemmed from the general belief that the elite were to blame for food crises in the first place.* (...) *In a famous article, Thompson argued that a strong sense of popular morality could be discerned in protests of this kind. The people believed in a fair price for bread and they held a strong expectation that the authorities were obliged to police the market so that it operated fairly. As such, the people believed in a moral economy. Food protests reflected a traditional view of social reciprocity between the rulers and the ruled, and popular anger erupted when this established social contract was broken. Protest was a way of bringing popular complaints into the public domain, without risking full-scale confrontation.* (...) *The people, in part at least, based these complaints on the same paternalistic standard that the elite held. But protest can also be seen as a strategy to try and kick the problem upstairs. And kicking the problem upstairs can be seen as an act of flattery*. (TONEY, 2009, p. 35 - 36).

Assim, a relação de dominação de um grupo social[5] sobre outros não se limitava ao uso da força, também abarcando uma imposição cultural, naquilo

[5] Para mais sobre os "grupos sociais" em Roma, cf. NICOLET, 1977, p. 727; STE. CROIX, 1981, p. 43 - 44.

que chamaremos aqui de eixo ideológico: mediante elementos relacionados aos costumes, à moralidade, à cultura e à filosofia (WILLIAMS, 1977, p. 11-74; 121-127)[6]. Portanto, as relações sociais de produção só podem ser entendidas quando analisadas de forma correlata aos demais elementos, em um todo social. É essa correlação, a partir da totalidade, que fornece os elementos de fundamentação das estruturas sociais analisáveis em variados períodos históricos.

Em segundo plano, tendo definido o uso aqui feito da "economia" e o seu papel na forma de se estudar determinada estrutura social, como a economia operaria para os romanos? O que os marxistas negam, no caso, é a universalização e naturalização da moralidade e ideologia burguesas ao longo da História da humanidade (LOSURDO, 2006, p. 15). Esse é o ponto central quando Maurice Godelier discute a "racionalidade", pois nos permite alicerçar que as funcionalidades e impactos das relações sociais são determinadas pela ambientação histórica e suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais.

A questão é que a "racionalidade" econômica romana deve ser pensada enquanto análise das especificidades estruturais e contradições da dominação e exploração social dos romanos. Todavia, isso pode promover a posição de Moses Finley que, sobre essa seara, concluiu que as fontes literárias da Antiguidade compunham uma "indiferença da maioria dos escritores da Antiguidade para com os assuntos econômicos (...)" (FINLEY, 1994, p. 42). Posteriormente, o historiador estadunidense arremata que, ao discutir os tratados agrícolas de Columela, Catão e Varão: "revela uma completa ignorância da noção de custo-eficiência" (FINLEY, 1994, p. 50).[7]

[6] O conceito de "dominação" segundo Antonio Gramsci é a união da "coerção" com o "consenso" para exercer a dominação de um grupo sobre outros, cf. CC, v. 3, §17, p. 42 – 43; MARTINS; NEVES, 2014, p. 81.

[7] Segundo Miguel Soares Palmeira: "Com alusões a Cícero e a outros textos (literários e legais) da época, Finley observa que se vinculava um sentido depreciativo a atividades como importação de alimentos, metais, escravos e bens de luxo, construção de casas, templos, e estradas e fabricação de produtos manufaturados. Tais atividades estavam em larga medida concentradas nas mãos de homens de baixo status porque a elite cidadã não estava apta, em número suficiente, a conduzir estes ramos da economia (...) e mesmo de posse dos recursos e do poder político, que teoricamente a habilitava ao comando de pessoal, faltava à elite o desejo para tanto ou, em outras palavras, acometia-lhe a inibição, enquanto um grupo discernível em função de seus padrões de gasto e consumo, de contraria certos valores que lhes eram caros." (PALMEIRA, 2007, p. 38).

A origem desta forma de entender as relações econômicas na Antiguidade está na ideia da economia como um "processo social" em Karl Polanyi, segundo Miguel Soares Palmeira:

> No lugar do entendimento de toda economia como um mecanismo potencial de oferta e demanda de preços, Polanyi propunha uma análise da economia como *processo social*. Da significação do termo "econômico" como "economia dos meios", passar-se-ia então à de "economia substantiva", processo institucionalizado de interação entre o homem e seu ambiente que se traduz pela provisão contínua dos meios materiais permitindo a satisfação das necessidades. (...). Essa experiência mostrar-se-ia crucial para a formação de Finley. (PALMEIRA, 2007, p.36).

A partir desta influência dos parâmetros conceituais abordados por Polanyi, Finley procurará estabelecer uma abordagem que restituísse:

> às atividades econômicas greco-romanas suas origens e seus sentidos 'reais' ou 'substantivos' (por oposição a padrões de comportamento econômico 'modernos' aos quais mostrava-se afeita, conscientemente ou não, a maioria dos historiadores da Antigüidade Clássica) (...). (PALMEIRA, 2007, p.36).

Porém, essa concepção nos é insatisfatória. O arcaísmo dos primitivistas chega à conclusão "imperiosa" de que as finanças e o empréstimo de dinheiro a juros teriam a única função de atender demandas de consumo[8] (ANDREAU, 1999, p. 147), essa tese justifica a ideia de que o aparato financeiro nunca atuava na produção. Essa posição reforça o limite em Finley de que não haveria relações econômicas complexas na Antiguidade[9] (FINLEY, 1999, p. 23), o que para nós é um equívoco. Essa tese está em acordo com a seguinte posição de Max Weber, ao fazer seu clássico estudo sobre a História Agrária de Roma:

> (...) não se podia esperar de proprietários de semelhante calibre uma gestão econômica constante e prudente: de ordinário, seu interesse se limitava em perceber uma renda fixa em dinheiro destinada, na

[8] Essa posição dos "primitivistas" também é fruto do modelo finleyniano da "cidade consumidora", na qual a *urbs* seria algo como um complexo urbano parasitário daquilo que era produzido pelo campo (ANDREAU, 2015, p. 20).

[9] Essa defesa do arcaísmo não fica distante da análise de Karl Polanyi, que aprofunda o estudo de Max Weber nessa seara ao reforçar a importância das instituições para a operacionalização da Economia. Ao analisar a "economia" em Aristóteles, reforça a tese de distanciamento da concepção de economia centrada em mercados, potencializando a tese de que a economia antiga seria centrada nos aspectos domésticos e não no Mercado, como entendido pela intelectualidade burguesa (POLANYI, 1957, p. 92 – 93). Posição reforçada posteriormente em: POLANYI, 1957, p. 247. Uma crítica a Polanyi em sua digressão sobre a Economia Antiga está em: CARDOSO, 2003, p. 154.

> maioria das vezes, a satisfazer urgentes necessidades monetárias do momento. (WEBER, 1994, p. 187).

Primeiramente ainda que o dinheiro nunca se transformasse em capital[10] (ANDREAU, 1999, p. 4), o comércio em Roma era extremamente monetizado. E sobre isso Karl Marx concebeu que:

> (...) a mera existência da riqueza monetária, mesmo sua conquista de uma espécie de supremacia, não é bastante para esta dissolução resultar em capital. Se fosse, a Roma antiga, Bizâncio, etc., teriam concluído sua história com trabalho livre e capital ou melhor, teriam começado uma nova história. Ali a dissolução das velhas relações de propriedade estava ligada, também, ao desenvolvimento da riqueza monetária – do comércio, etc. (MARX, 1985, p. 102).

Não apenas isso, mediante avanços de captação e investigação de fontes com o advento da arqueologia, se tornou notório que o empréstimo de dinheiro a juros não era somente destinado ao consumo de bens de satisfação imediata. Sabe-se que o dinheiro era empenhado em assuntos de interesse produtivo. Contrariando a tese "primitivista", entende-se que não apenas havia uma economia na antiguidade romana como também tal economia tinha aspectos de complexidade. Nesse sentido, essa proposta tem acordo com a crítica de Ciro Cardoso quando este afirmou que:

> O que se afirma é (...) a impossibilidade de definir de forma autônoma a economia, o nível econômico, no relativo à Antiguidade Clássica. Isto porque – e neste ponto é manifesta a influência de Polanyi –, asseguram-nos os partidários do paradigma dominante, naquele período o que nós chamamos de 'nível econômico' só pode ser entendido em função do social global e, mais especificamente, do nível 'político'. A análise econômica só teria sentido, então, subordinada a uma análise com forte ênfase política; na verdade, quase como uma espécie de subproduto desta última. (CARDOSO, 1994, p. 180).

Porém, não nos limitaremos aqui a esse já antigo debate da mais que centenária controvérsia Bucher-Meyer[11] (KULA, 1977, p. 23 - 24). Visamos ir além de uma simples restrição à contradição "arcaísmo-modernidade" para apresentar as contribuições historiográficas sobre as relações sociais de produção em Roma. Nesse sentido, como operava e o que era essa Economia

[10] Para mais sobre, cf. GODELIER, 1978, p. 45.

[11] Porém, a nível de acréscimo, achamos importante mencionar alguns trabalhos nem modernistas nem primitivistas que se notabilizaram por, em nossa visão, apesar de ainda reproduzirem conceitos modernistas, já apontar para uma desvinculação do velho modernismo de Tenney Frank e Rostovtzeff, mesmo antes da popularização das obras de Moses Finley na década de 1970, cf. BRUNT, 1974, p. 20 - 23; BRUNT, 1988, p. 178; BADIAN, 1968, p. 16 - 27; BADIAN, 1972, p. 14; NICOLET, 1977, p. 727; NICOLET, 1988, p. 118 - 211.

Romana? Nós seguiremos a posição definida pelo historiador francês Jean Andreau:

> *The city of Rome, and the empire at large had a major influence on business. The public authorities promulgated rules (for example, on the interest rate). They regulated the various trades. They alone could mint coins or authorize the minting of coins by others (generally cities within the Empire). In the course of their exploitation of public property, known as* publica*, they became involved in vast business ventures, sometimes agricultural (the exploitation of the public land that was leased out), sometimes commercial (supplies for the armies) or 'industrial' (public building projects), and frequently financial (the collection of taxes, the transfer of funds, and foreign exchange operations)*. (ANDREAU, 1999, p. 5).

Dessa forma, sabe-se que a Economia Romana era centrada em aspectos fundiários, comerciais e financeiros. E, sobre a elite dominante romana, é importante pontuar que era uma elite proprietária de terras da qual seus interesses financeiros, em larga medida, provinham de suas posições políticas na cidade (tanto legalmente quanto ilegalmente). Ou seja, a elite possuía interesses financeiros para além da agricultura, e, vale mencionar, em considerável medida, esse interesse estava em questões relacionadas ao empréstimo de dinheiro a juros, como prossegue Andreau:

> *These landowning elite members derived large incomes (sometimes legally, sometimes illegally) from their political role in the city – a role for which, nevertheless, the cost was high. They also had other non-agricultural private interests. Over recent years there has been much discussion about the extent of these other interests, but there can be no doubt of their existence*. (ANDREAU, 1999, p. 9).

Portanto, ainda que a elite tivesse laços consubstanciais com o eixo fundiário das relações sociais de produção, o papel que as relações financeiras detinham era significativo em seu cotidiano. Estava presente nos seus costumes, na sua cultura e no seu uso do poder político e social.

Assim, M. W. Frederiksen chegou à seguinte conclusão: "*financial indebtedness, and the whole complex of credit and loan which accompanied many a senatorial career, must have sometimes compromised a political position and tempered ideal convictions*" (FREDERIKSEN, 1966, p. 131). Porém, elas operavam por um código de costumes e moralidades[12] que as impeliam a não agir "diretamente" quando se tratava do empréstimo de dinheiro

[12] Uma ideologia, mas que, diferente da ideologia liberal-burguesa, não se pretendia universal, portanto, se restringia à aristocracia romana.

a juros – profissionalmente – e outras ações voltadas ao comércio (ANDREAU, 1999, p. 13). Esse código de honra da elite era parte de um ideal conservador que foi amplamente defendido por Marco Túlio Cícero no tratado *De Officiis*, o qual o senador romano defende a filosofia do *otium cum dignitate*[13], o ócio das elites.

> Os meios de vida que são rejeitados como indesejáveis são aqueles que vão levar o mal às pessoas, como os cobradores de impostos e os usurários. Não é próprio de um cidadão, e também vulgar, os meios de vida ligados aos trabalhadores assalariados, os quais pagamos pelo trabalho manual. (...) de todas as ocupações em que o ganho é seguro, nenhuma é melhor que a agricultura, nenhuma é mais rentável, mais maravilhosa nem própria de um homem livre. (Cic. *De Off*. I, 42.) (tradução nossa).

Cícero, portanto, estabeleceu que o papel do cidadão romano – da elite – era o de discutir a política, estudar e filosofar, sendo que os ofícios e o trabalho seriam destinados, sobretudo, aos escravizados (GAIA, 2018, p. 652). É a partir disso que Cícero entendia que os profissionais das finanças – ao que envolve os intermediários financeiros – assim como todos os outros "profissionais especializados em um ofício" da formação social romana ocupavam profissões tidas como *sordidi*, não dignas de um cidadão. O que fica demonstrado na seguinte passagem de Deivid Gaia:

> Cícero, no século I a.C., ao escrever conselhos ao seu filho faz a distinção entre atividades de honra (*liberales*, em latim), dignas de um cidadão, e as desprezíveis (*sordidi*, em latim). Ele elenca todas as atividades profissionais técnicas como desprezíveis, não dignas de um homem livre (...) O profissional (...) o *faenerator*, emprestador de dinheiro profissional, é um dos primeiros a ser citado por Cícero como profissão desprezível. (GAIA, 2018, p. 653).

Porém, essa moralidade de Cícero não impediu que senadores – ele incluso – agissem de forma ativa na vida financeira da época (SHATZMAN, 1975, p. 76). E, não apenas no empréstimo dinheiro para amigos, mas cultivando interesse em negócios variados[14] – é importante mencionar que a

[13] Peter Brunt observou que "*the programme of 'otium cum dignitate' which he outlined in 56 was indeed calculated to meet the desires and interests of all men of property. The programme included direction of affairs by the senate*" (BRUNT, 1988, p. 148).

[14] Com relação aos agentes financeiros, é sabido o caso de Sérgio Licínio Crasso, do qual agia como "investidor": empregava dinheiro em determinada companhia mediante um contrato firmado legalmente. Essa companhia teria a responsabilidade de empregar esse dinheiro de forma "produtiva", ou não, e pagar "dividendos" a Crasso (ANDREAU, 1999, p. 145).

forma com que os senadores mantinham seus interesses ativos em relação ao empréstimo de dinheiro a juros era através de intermediários financeiros[15].

Por fim, entendemos ser importante expor uma análise de José Knust sobre as atuais renovações no âmbito da História Econômica e Social na Antiguidade entre os herdeiros teóricos da controvérsia do século XX. No caso, Knust observou que existe grande influência nesse nicho historiográfico das formulações neoinstitucionalistas presentes nos trabalhos de Doulgass North, o que vai ser aplicado na História Antiga por autores como Dennis Kehoe e outros proponentes da temática no *Cambridge Economic History of Graeco-Roman World*, de 2008:

> (...) a partir dos trabalhos do ganhador do prêmio Nobel de Economia Douglass North (...) há alguns anos tornou-se hegemônica no mundo anglo-saxão. Sua onipresença no *Cambridge Economic History of Graeco-Roman World*, laçado em 2008, mostra tal hegemonia. (...). O exemplo paradigmático deste uso é o trabalho de Dennis Kehoe sobre a relação entre o Direito Romano e a Economia Rural, no qual ele tenta mostrar como o desenvolvimento de instituições jurídicas para as relações agrárias permitia uma melhor perfomance econômica no mundo romano. (KNUIST, 2012, p. 20 - 21).

Knust conclui que essas formulações são consequência de:

> Tanto os trabalhos de Temin quanto a onda neoinstitucionalista são frutos de um mesmo contexto histórico. (...) se o impacto da expansão econômica e industrial marcava as análises modernistas e primitivistas da transição do século XIX para o XX, o impacto da globalização e do triunfalismo capitalista também o fazem com os historiadores neomodernistas da transição do século XX para o XXI. (KNUST, p. 21).

Ou seja, autores de ambos campos tiveram direta influência de problemáticas oriundas da ideologia dominante no capitalismo para pensar a Economia Antiga, inclusive determinando suas afinidades de classe. Os campos historiográficos que se digladiaram ao longo do século XX atenderam a uma função congruente, pois ambos escopos são fruto de uma formação intrínseca à institucionalidade acadêmica sob o capitalismo, ainda que com matizes antagônicos, como demonstramos.

Suas problemáticas acabaram por confluir nessa seara intelectual, com suas finalidades restritas à comprovação de teses oriundas do liberalismo

[15] A categoria “Intermediários Financeiros” a qual mobilizamos, segue a nossa interpretação das formulações do tema em Koenraad Verboven e Deivid Valério Gaia, cf. GAIA, 2018, p. 654; VERBOVEN, 2008, p. 212 - 213.

burguês e suas formas de entender o funcionamento das relações econômicas. Isso não significa que suas contribuições não nos sejam úteis, muito pelo contrário, já que a exploração do contraditório e do processo de análise crítica são marcas dos marxistas, mas nos apresenta a constatação das limitações formuladoras daqueles pesquisadores.

2. HISTÓRIA ECONÔMICA NA ANTIGUIDADE E MARXISMO

Nesta seção será feito um balanço das contribuições de marxistas à História Econômica e Social, quando pensada para a Antiguidade, seguida por uma discussão bibliográfica sobre as contribuições recentes nesse campo teórico-metodológico, em busca de uma renovação dos estudos do marxismo sobre a Economia Romana. Procuraremos fazer uma vinculação a esse campo de pensamento, reivindicando, sobre as contribuições para a História Econômica e Social de Ciro Flamarion Cardoso e Pierre Vilar.

Primeiramente, se faz necessário compreender o que diferencia o marxismo de outras formas de se pensar a História, de maneira com que compreendamos as valências das contribuições dos pesquisadores que mobilizaram e mobilizam categorias provenientes dessa forma de se analisar a realidade social, para intervir na seara da História Econômica. Segundo Witold Kula:

> *Pero el marxismo no era sólo una concepción sintética de la historia económica, sino también una teoria y un programa para la prática revolucionaria, y ambos aspectos se hallaban diretamente, en el espíritu de los creadores del marxismo, de esa misma comprensión de la teoria del económico. Estol e conferia al marxismo um caráter especial y uma excepcional fuerzza respecto a las demás teorias científicas, como asimismo se la daba em la actividad científica*. (KULA, 1977, p. 16).

Portanto, o que destaca o marxismo perante outras fundamentações teóricas, outras visões de mundo, é justamente sua posição unificadora entre análises científicas e intervenção revolucionária militante. Fator que não passou despercebido para Pierre Vilar:

> (...) o marxismo estabelece um laço (e é, sem dúvida, simultaneamente seu direito e dever) entre a atitude militante e uma actividade global na qual se insere naturalmente a sua actividade profissional. (...) É raro que o historiador erudito, o historiador por vocação, possa conciliar o seu trabalho quotidiano com uma acção militante. (...) o marxista encontra-se numa posição privilegiada, no

> sentido de que pode prestar serviço à marcha da humanidade na medida em que pensa correctamente a história, e o movimento em frente da humanidade - até mesmo nas suas complexidades e nas suas regressões, atrasos e dificuldades - é para ele uma constante lição de história. Não pode haver contradição entre a atitude científica e o empenhamento, precisamente porque o empenhamento consiste na atitude científica. (VILAR, 1982, p. 193).

E Kula segue com a seguinte posição:

> *Desde la aparición del marxismo, los puntos en litígio dentro de la ciência habrían de ser los siguientes:*
> *a) La existência misma de las regularidades de desarrollo,*
> *b) Su carácter,*
> *c) Su contenido,*
> *d) Las conclusiones extraídas*. (KULA, 1977, p. 18).

Esta precisa apresentação de Witold Kula nos permite ter uma primeira impressão sobre a forma com que os marxistas se apropriaram dos debates concernentes à História Econômica, em princípios do século XX. Para além disso, uma tentativa de sistematização dos métodos da História Econômica, tendo em vista uma perspectiva no marxismo, está no livro *Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social* de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. Nessa obra, os autores apresentam o desenvolvimento da História Econômica, com um caráter de "apresentação ao tema" que, sendo tal o objetivo do livro, de fato possui a capacidade de introduzir o leitor às complexas metodologias inseridas nessa seara teórica. Sobre a influência que o marxismo vai ter nas searas da História, os autores Cardoso e Brignoli observam que:

> Naturalmente, esta influência foi sensível, principalmente, no campo da História Econômica, exercendo-se nos mais diversos planos: as discussões sobre a importância e os alcances do econômico, o conceito de capitalismo, o debate sobre suas origens, etc., (...) Podemos resumir a influência de Marx sobre a historiografia contemporânea em três pontos fundamentais:
>
> 1º o estímulo a estudos de processos econômicos e sociais a longo prazo, incluindo uma análise das consequências sociais das transformações tecnológicas e econômicas;
>
> 2º um renovado interesse pela pesquisa sobre classes sociais e o papel dos movimentos de massa na história;
>
> 3º uma crescente preocupação com os problemas de interpretação e, especialmente, com o estudo das leis ou mecanismos de evolução

> das sociedades e por sua comparação. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 83).

O aparato teórico-metodológico formulado e sistematizado por Cardoso e Brignoli já aparecia em formulações do final dos anos 1950 de Pierre Vilar. No caso, o historiador francês se notabilizou por debater nos Congressos e Conferências da área da História Econômica na Europa a utilização do marxismo para pensar a ciência histórica. Fundamentalmente, suas críticas foram direcionadas à concepção burguesa de produção do conhecimento na Academia, ou seja, à compartimentalização dos saberes, Vilar defendia que:

> (...) a constante *interação* entre *todos* os factores que determinam o funcionamento das sociedades e as suas transformações lentas ou brutais, factores que não são *apenas* de ordem económica, mas também não podem ser somente de ordem demográfica, ou climática, ou biológica, ou política, ou psicológica. A história *parte* da *observação* de *todos* os factores (...). (VILAR, 1982, p. 9).

Essa necessidade de se analisar a economia inserindo-a no todo social, na totalidade, está em comum acordo com a seguinte observação de Cardoso:

> Não pretendo negar que o surgimento da economia política se tenha ligado, historicamente, a uma autonomia relativamente maior, nas sociedades modernas, do econômico na totalidade social. Também não nego que o peso dos fatores extra-econômicos na reprodução da sociedade global seja maior no pré-capitalismo – se bem que, como disse Pierre Vilar, a sociedade capitalista também não pode ser pensada sem a cristalização pelo direito e no direito da propriedade privada, isto é, da apropriação (usurpação da terra, dos capitalistas e dos bens de produção). (CARDOSO, 1994, p. 176).

E, posteriormente, Cardoso estabelece a diferença fundamental entre a noção de economia para o pensamento burguês e para o marxismo, ao criticar as concepções de pré-capitalismo de Antônio Barros de Castro e Raúl Olmedo, que, segundo sua apuração, mais se assemelhavam às concepções neoclássicas:

> É provável, por outro lado, que tanto Olmedo quanto Castro tenham raciocinado a partir da concepção restritiva atualmente vigente sobre o que é “o econômico” – concepção resultante de correntes como o marginalismo, e também do surgimento de disciplinas especializadas entre as quais barreiras acadêmicas foram elevadas (economia, sociologia, demografia, antropologia, etc.). Em contraste, na economia política marxista a concepção do “econômico” é muito mais ampla (...). (CARDOSO, 1994, p. 178).

.

Nós entendemos que estas formulações possam contribuir para uma renovação da forma de pensar a economia antiga com a mobilização de categorias oriundas do marxismo. O que não significa que concordamos com análises insuficientes, ou simplesmente equivocadas, provenientes de autores marxistas. Por exemplo, segundo Sergey Kovaliov, no clássico *História de Roma*, a revolta de escravizados comandada por Espártaco (73 - 71 AEC) foi o ápice de um processo revolucionário no final da República, enquanto um suposto "movimento democrático" (sic) coordenada pelos tribunos da plebe no século anterior estava debilitado por uma série de derrotas (KOVALIOV, 1959, p. 290). Esta abordagem, ainda que com sua relevância para a historiografia, já não é mais atualizada e possui concepções conflitantes com a análise documental.

Já a partir da década de 1980, com a influência de historiadores ligados ao Partido Comunista Italiano (PCI) e ao Instituto Gramsci, foi organizado um Seminário onde se visou fazer uma rediscussão do pensamento marxiano voltado para a Antiguidade. Contou com membros pesquisadores italianos como Andrea Giardina, Aldo Schiavone e Luigi Capogrossi Colognesi – além de ter contado com a contribuição de Antonio La Penna e Ettore Lepore. Este seminário, que se convencionou chamar de *Seminario di Antichistica*, teve direta influência de um debate de resgate do estudo do pensamento de Karl Marx, por consequência da publicação dos *Grundrisse* em anos anteriores[16]:

> *The Seminario* di Antichistica*, instituted in 1974 by young scholars such as Andrea Giardina (1949), Aldo Schiavone (1944) or slightly more senior ones, like Luigi Capogrossi Colognesi (1935), with the contribution of a few established figures, like the aforementioned Antonio La Penna (1925) and Ettore Lepore (1924-1990). The results of the theoretical effort of the group can be found in Analisi Marxista e Società Antiche (1978) and informed a rich discussion around the concept of the slave-owning mode of production. The largest part of the intellectual production of the Seminario, however, was published in three volumes, edited by Giardina and Schiavone in 1981*. (ZUCHETTI, 2021, p. 17).

Ainda que o *Semminario* tenha sido importante para pensar uma produção marxista sobre a Economia Antiga, o grupo possui algumas limitações epistemológicas. Em primeira medida, a influência dos estudos de

[16] Essa publicação do então inédito texto de Marx causou um impacto no movimento marxista globalmente como observaram Cardoso e Brignoli (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 77).

Gramsci aparentou ser muito mais "etérea" do que propriamente conceitual[17]. O foco estava em se investigar, quase que exclusivamente, aspectos produtivos na Antiguidade, voltados para um aprofundamento do modo de produção escravista. E sobre essa questão, Emílio Zucchetti chegou à seguinte conclusão:

> *The same programme informed the choice of topics for the papers that constituted the third volume of Società antica e produzione schiavistica, where, however, Gramsci is never explicitly discussed. While the first two volumes deal with the Marxian programme that the group set itself, the third volume contains seven papers, generally focused on the interactions between socio-economic bases and superstructure, and particularly on law and ethical models. The aim of such a programme seems to be a discussion of the social norms and models that organised what Gramsci called "common sense".* (ZUCHETTI, 2021, p. 19).

Porém, ainda que tenha tido suas limitações, o *Semminario* a nosso ver, potencializou um marco para os historiadores marxistas da Antiguidade. Tanto em termos de análise quanto em termos de discussão. Até então não havia registro de um grupo formado com o objetivo de aprofundar os estudos marxistas – com uma pretensa influência de Gramsci – na História Antiga.

Além do mais, um grupo que vem desenvolvendo na atualidade uma tentativa de se renovar os estudos gramscianos sobre a Antiguidade, seja em aspectos econômicos ou não, é o *Gramsci's Network Research* (Rede de pesquisas de Gramsci) Esse grupo surgiu em 2017 na Universidade de Newcastle a partir de uma conferência denominada *Antonio Gramsci and the Ancient World*. O evento pretendeu reunir pesquisadores que estivessem produzindo pesquisas sobre a História Antiga utilizando categorias gramscianas ou a partir de paradigmas gramscianos.

Os objetivos desse evento eram principalmente dois: mobilizar os pesquisadores marxistas da História Antiga de diversos países em torno de um grupo organizado – são poucos os marxistas que se debruçam hoje em História Antiga quanto mais em um grupo para aprofundamento de pesquisas

[17] E como observou Emílio Zucchetti "*the focus of the Seminario's research is more on Marxian approaches, and particularly on the ideas expressed in Marx's Formen, die der kapitalischen Produktion vorhergehen (1857 – 1858). In Analisi Marxista, Gramsci is evoked only in Massimo Brutti's introduction and in La Penna's intervento, a speech in response to the papers presented during the conference from which the book originated. Brutti first mentions and discusses Gramsci's notes about Corrado Barbagallo and Ettore Ciccotti*". (ZUCCHETTI, 2021, p. 18).

acadêmicas[18] – detendo, por conta disso, um caráter objetivamente internacional; e, ainda, incentivar a criação de novos eventos para gerar acúmulos historiográficos acerca desse tema, tal qual divulgar *papers* e demais produções bibliográficas para uma maior atualização da seara marxista na Antiguidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo nós procuramos apresentar distintas perspectivas historiográficas sobre as relações econômicas e sociais na Roma Antiga. Todavia, entendemos que o trabalho que procuramos desenvolver aqui teve duas finalidades, a de demonstrar as divergências na área e a de apresentar alternativas que nós procuramos nos vincular.

Um ponto importante dos debates em História, em nossa opinião, é a capacidade que os pesquisadores precisam ter de se apropriar de contribuições valorosas de autores com linhas teóricas divergentes. Uma característica que nós entendemos ser central para os marxistas que pretendam se embrenhar no campo fértil da História Econômica na Antiguidade.

Como examinamos, existem muitos historiadores que, apesar de terem tido influência de pesquisadores que foram filiados a um dos campos, não se reivindicam continuadores da controvérsia. Pois, na época atual, o problema que origina tal controvérsia já foi substituído por outros, que correspondem mais fidedignamente à realidade do capitalismo tardio. Assim, estes autores, proporcionam ao pesquisador novas possibilidades e perspectivas.

O marxismo, como lhe é próprio enquanto forma de entender a realidade, exige que os seus pesquisadores saibam examinar e reapropriar interpretações, conceitos e debates que foram desenvolvidos por autores com

[18] Também existe atualmente no Brasil o Centro Ciro Cardoso de Pesquisa do Pré-Capitalismo (CCCP-Prék) que vem desenvolvendo um trabalho bem qualificado no aprofundamento de paradigmas caros ao marxismo em formações sociais pré-capitalistas. Abarcando não somente formações sociais do Mediterrâneo Antigo, mas também Asiáticas e mesmo de outras temporalidades como a Europa Medieval. Uma produção recente desse grupo pode ser encontrada na seguinte edição da Revista *Sociedades precapitalistas* da *Universidad de La Plata*: Dossiê: os Campesinos na História "*Dossier: Los Campesinos en la Historia*". Buenos Aires: *Sociedades precapitalistas – Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Nacional de La Plata*, *enero-diciembre* 2021, v. 11, ISSN 2250 – 5121.

linhas divergentes do marxismo. O volume reduzido de trabalhos com essa perspectiva, mesmo hoje, exige que os novos pesquisadores sejam criativos e ousados, e parte disso advém da capacidade de incorporar análises, com outras linhas teóricas, às suas próprias formulações.

Portanto, existe um potencial elevado que tenhamos renovações que abordem novos e velhos problemas sem amarras às escolas historiográficas X ou Y. E os marxistas, assim, podem contribuir nessa leva de renovações. Ao procurar atualizar a mobilização de conceitos advindos do teóricos marxistas e incorporar categorias oriundas de autores não-marxistas, os novos pesquisadores podem contribuir para uma necessária revitalização da História Antiga, tornando-a mais atrativa para os jovens pesquisadores que adentram hoje os cursos de graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTO:

CICERO, M. T. *De Officiis*. Londres: *Loeb Classical Library*, 1912.

OBRAS DE REFERÊNCIA:

ANDREAU, J. *Banking and Business in the Roman World*. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1999.

ANDREAU, J. *The Economy of the Roman World*. Ann Arbor: *Michigan Classical Press*, 2015.

BADIAN, E. *Publicans and Sinners: Private enterprise in the service of the Roman Republic*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

BADIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic.* Oxford: Basil Blackwell, 1968.

BRUNT, P. A. *Social Conflicts in the Roman Republic*. Nova Iorque: W. W. Norton & *Company*, 1974.

BRUNT, P. A. *The Fall of the Roman Republic and related essays*. Oxford: *Clarendon Press*, 1988.

CARDOSO, C. A economia e as concepções econômicas no Egito faraônico: síntese de alguns debates. *História Econômica e História de Empresas*, v.1, p. 151 – 177, 2003, ISSN 1519-3314.

CARDOSO, C. *Sete Olhares Sobre a Antiguidade*. Brasília, UnB, 1994.

CARDOSO, C; BRIGNOLI, H. *Os Métodos da História*: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

"*Dossier: Los Campesinos en la Historia*". Buenos Aires: *Sociedades precapitalistas – Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Nacional de La Plata*, *enero-diciembre* 2021, v. 11, ISSN 2250 – 5121.

FINLEY, M. I. *Ancient Economy*. Berkeley: *University of California Press*, 1999.

FINLEY, M. I. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FRANK, T. *An Economic Survey of Ancient Rome*. 6 vols**.** Baltimore: *The Johns Hopkins Press*, 1933- 1940.

FREDERIKSEN, M. W. *Caesar, Cicero and the Problem of Debt*. *The Journal of Roman Studies*, Londres, v. 56, *Parts 1 and 2*, p. 128 – 141, 1966.

GAIA, D. V. Profissionais das finanças na Antiguidade Romana: os *Faeneratores* no final da República e início do Império*. História Unisinos*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 3, p. 651 - 660, 2018.

GODELIER, M. *Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista e marxista*. *In*: CARVALHO, E. A. (Org). *Antropologia Econômica***.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

GODELIER, M. *Rationality and Irrationality in Economics*. Nova York: *Monthly Review Press*, 1972.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere v. 3***.** Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOVALIOV, S. I. *Historia de Roma*. Vol II. *La República* (*desde la primera guerra púnica hasta la caída de la República*). Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.

KNUST, J. E. M. Economia antiga e Racionalidade limitada: Uma Crítica ao Uso de Modelos Neomodernistas. *Revista Cantareira*, n. 25, p. 214 – 229, 2016.

KNUST, J. E. M. Um passado romano para um presente capitalista: A Economia Romana em dois séculos de História Econômica. *História e Luta de Classes*, v. 14, p. 18 - 22, 2012.

KULA, W. *Problemas y métodos de la Historia Economica*. Barcelona: Península, 1977.

LANGE, O. *Political Economy*. Vol. 1. Oxford: Pergamon, 1963.

LOSURDO, D. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida: Editora Ideias e Letras, 2006.

MARTINS, A. M. S; NEVES, L. M. W. Cultura, Educação, Dominação: Gramsci, Thompson, Williams. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, nº 55, p. 73-93, março de 2014.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NICOLET, C. *Les classes dirigeantes romaines sous la République: Ordre senatorial et ordre équestre*. Paris: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 32e *Année*, nº4, p. 726 – 755, Jul. – Aug 1977.

NICOLET, C. *Rendre à César: économie et société dans la Rome antique***.** Paris: Gallimard, 1988.

PALMEIRA, M.S. *Moses Finley e a "economia antiga": A produção social de uma inovação historiográfica*. 2007. 204f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

POLANYI, K. *Aristotle Discovers the Economy*. *In*: POLANYI, K; ARENSEBERG, C. M.; PEARSON, H. W. *Trade and Market in the Early Empires*. Glencoe: *The Free Press*, 1957.

REINHOLD, M. *Historian of the Classic World. A Critique of Rostovtzeff.* Nova Iorque: *Science & Society,* vol. 10, nº 4, Guildford *press*, p. 361 – 391, 1946.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SHATZMAN, I. *Senatorial Wealth and Roman Politics*. Bruxelas: Latomus, 1975.

SCHIAVONE, A. *Uma História Rompida*: Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: EdUSP, 2005.

STE. CROIX, G. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquest*. Nova Iorque: *Cornell University Press*, 1981.

TEMIN, P. *Financial Intermediation in the Early Roman Empire*. Cambridge*: The Journal of Economic History*, Vol. 64, No. 3, p. 705, 733, Set., 2004.

THOMPSON, E. *Costumes em Comum*: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TONER, J. *Popular Culture in Ancient Rome*. Cambridge: Polity Press, 2009.

VERBOVEN, K. *Faeneratores, negotiatores and financial intermediation in the Roman world (late Republic and early Empire)*. *In*: Verboven K. & Vandorpe K. & Chankowski V. (edd.), *Pistoi dia tèn technèn. Bankers Loans and Archives in*

the Ancient World. Studies in honour of Raymond Bogaert. Leuven: Peeters, p. 211 – 229, 2008, p. 211-229 (Studia Hellenistica 44).

VILAR, P. *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

WEBER, M. *História Agrária Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: *Oxford University Press*, 1977.

ZUCCHETTI, E; CIMINO, A. M. (orgs). *Antonio Gramsci and the Ancient World*. Londres: Routledge, 2021.

Recebido em 16/03/2023.

Aprovado para publicação em 31/10/2024.